

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Demonstrações Contábeis Em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais)

Conteúdo

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos superávits / (déficits)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
Em reais

1. Contexto operacional

A PLAN INTERNATIONAL BRASIL (“Entidade”), fundada em 15 de dezembro de 1997 é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, sem filiação religiosa ou política, que tem por objetivo contribuir para a construção de um mundo onde todas as crianças realizem seu pleno potencial, em sociedades que respeitem os direitos e a dignidade das pessoas.

A Entidade tem sede e foro na Rua dos Flamengos, 20 – quadra 4, bairro do Calhau, São Luís - Maranhão, e pode desenvolver suas atividades por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Para o cumprimento dos seus objetivos, a Entidade orienta suas ações no sentido de promover o apoio humanitário e o desenvolvimento comunitário centrado na criança e no adolescente, garantindo o pleno cumprimento dos Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Viabilizando compromissos de longo prazo com as crianças e adolescentes, alcançando maior impacto na luta contra a pobreza infantil, facilitando a comunicação entre crianças, adolescente e adultos de todo mundo, o entendimento mútuo e encontrando soluções inovadoras para assegurar o pleno cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, aplicando em todos os programas os princípios do Desenvolvimento Comunitário Centrado na Criança e no Adolescente.

Atualmente, a Plan International Brasil tem se dedicado aos seguintes programas e projetos:

Agente M

Objetivo: Contribuir para o protagonismo de adolescentes e jovens na promoção da saúde e a igualdade de gênero, estimulando/capacitando com informações, habilidades e acesso a serviços essenciais. Vigência: 01/07/2016 a 29/06/2018.

Cambalhotas

Objetivo: Promover a cultura de autocuidado e do meio ambiente nas famílias e comunidades através da participação de meninas e meninos de 07 a 10 anos. Vigência: 01/08/2015 a 20/06/2018.

Comunidade Viva

Objetivo: Promover o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica sustentável em comunidades quilombolas na região dos Cocais no Maranhão, pela formação e organização de mulheres e jovens agricultores, contribuindo na multiplicação de tecnologias sociais voltadas para a região dos cocais. Vigência: 12/2016 a 11/2017.

Construindo o Saber

Objetivo: Contribuir no acesso a um ambiente de educação/aprendizagem melhorado para crianças de comunidades rurais, no município de Codó, no Brasil. Vigência: 7/02/2015 a 30/06/2017.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
Em reais

Esporte e Cidadania

Objetivo: Contribuir para a promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes e para o exercício pleno da cidadania, utilizando esportes e atividades socioeducativas como ferramenta de aprendizagem, autoproteção, cultura de paz, habilidades para a vida e desenvolvimento integral de meninos e meninas. Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2016.

Plan em Ação

Objetivo: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida de meninas e meninos através de atividades integradas entre Plan, poder público, sociedade civil e comunidades oportunizando lhes o direito do brincar e o acesso informação e discussão sobre seus direitos. Vigência: 10/04/2014 a 30/06/2017.

Trabalhar não é Brincadeira

Objetivo: Reduzir a vulnerabilidade das meninas e dos meninos em relação aos riscos de trabalho infantil nos municípios de Codó e Timbiras, no estado do Maranhão. Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2016.

Aprender sem Medo

Objetivo: Promover um ambiente escolar livre do Bullying e da desigualdade de gênero para meninos e meninas nos espaços escolares dos municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Gol Pela Paz

Objetivo: Promover uma mudança de comportamentos e paradigmas relacionadas à cultura machista e patriarcal por meio de ações formativas transformadoras de gênero e de protagonismo juvenil mediados pela prática do futebol, fortalecendo as capacidades de meninos e meninas dos municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Vigência de 01/03/2016 a 30/06/2017.

Infância Feliz

Objetivo: O projeto objetiva promover o desenvolvimento integral de crianças na Primeira Infância por meio do fortalecimento das capacidades de gestores e professores da educação infantil e das competências de mães, pais, cuidadores e cuidadoras, ampliando o desenvolvimento infantil cognitivo/linguístico, psicomotor e sócio afetivo das crianças de até 6 anos de idade que frequentam creches e/ou escolas de educação infantil através da musicalização. Vigência: 01/07/2015 a 18/06/2018.

Down to Zero

Objetivo: Reduzir o numero de crianças (meninas e meninos) em risco ou vitima de exploração sexual em 9 comunidades e 5 municípios (Salvador e região metropolitana do estado da Bahia). Vigência: 01/01/2016 a 15/12/2020.

Pontes para o Futuro

Objetivo: Aumentar a integração socioeconômica de jovens em situação de vulnerabilidade na região metropolitana de Salvador. Vigência: 01/03/2015 a 31/08/2018.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
Em reais

Jovens Construindo o Futuro

Objetivo: Aumentar o crescimento econômico nas regiões alvo no Brasil, reduzindo a lacuna entre a demanda e a oferta de trabalho qualificado, abrindo o mercado de trabalho para os jovens vulneráveis e desenvolvendo programas de talentos. Vigência: 07/01/2015 a 31/12/2017.

Famílias que Cuidam

Objetivo: Aumentar as capacidades de mães e cuidadores/as de crianças de 0 a 6 anos para o empreendedorismo e empregabilidade. Vigência: 01/03/2014 a 30/03/2017.

Plataforma das Meninas

Objetivo: Promover a mobilização e a formação de meninas adolescentes em matéria de participação cidadã, protagonismo, incidência e controle social acerca das políticas públicas referentes a seus direitos humanos, no marco da Declaração das Meninas do Brasil e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 5, em convergência com o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente e com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Vigência: 22/12/2015 a 15/10/2017.

Gols por uma Vida Melhor

Objetivo: Combater o desemprego jovem e a pobreza ao criar oportunidades sustentáveis para o (auto) emprego, e ao mesmo tempo promover a igualdade de gênero e o aumento da segurança econômica para meninas adolescentes e jovens mulheres. Vigência: 01/09/2014 a 31/08/2017.

Geração

Objetivo: Meninas aperfeiçoam a educação financeira e habilidades para a vida e melhoram sua autoestima. Vigência 01/07/2014 a 30/06/2017.

Escola de Lideranças

Objetivo: Empoderar as meninas para a prevenção das violências baseadas em gênero, desenvolvendo suas habilidades para a vida, seus conhecimentos sobre seus direitos e promovendo sua participação cidadã, com ações de incidência para promover o direito a uma vida sem violência. Vigência: 11/02/2016 a 01/12/2016.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME (R1)) e nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis à Entidades sem fins lucrativos ITG 2002 - “Entidade sem finalidade de Lucros”, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 Em reais

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. Durante os períodos apresentados, o principal evento identificado foi o reconhecimento do valor justo das gratuidades recebidas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.1 e o reconhecimento de provisões para riscos trabalhistas (Nota Explicativa n. 11).

Em função de não haver outros resultados abrangentes no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, a Entidade não está obrigada a apresentar a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações contábeis.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 11 de abril de 2017 e serão posteriormente submetidas para aprovação e ratificação pelo conselho curador e assembleia geral.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Conversão de moeda estrangeira

2.2.1.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.2.1.2 Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 Em reais

2.2.3 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Entidade.

2.2.4 Imobilizado e intangível

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 5.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Entidade. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os valores residuais e a vida útil dos bens são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O intangível é demonstrado pelo custo incorrido na aquisição de direito de uso de *software* deduzido do saldo da respectiva conta de amortização. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com a taxa divulgada na Nota Explicativa nº 6.

2.2.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e intangível são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.2.6. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 Em reais

2.2.7. Provisões

2.2.7.1. Geral

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita com segurança.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.2.7.2. Provisão para riscos trabalhistas

A Entidade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Na avaliação da probabilidade de perda, a administração da Entidade considera a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.2.8. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação

2.2.9. Apuração do superávit (déficit)

As receitas da Entidade são provenientes de doações espontâneas, em espécie, bens e eventos recebidos dos parceiros da PLAN INTERNATIONAL BRASIL.

Os custos dos projetos executados estão registrados em conformidade com o regime contábil de competência.

2.2.10. Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de a Entidade ser uma organização sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade/isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
Em reais

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa	18.899	30.160
Bancos (conta corrente e poupança)	2.248.797	2.208.773
	<u>2.267.696</u>	<u>2.238.933</u>

4. Adiantamentos diversos

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Adiantamento de aluguel (depósito caução) (a)	55.980	43.980
Adiantamento a colaboradores (b)	53.109	42.483
Adiantamentos a unidades de programa	1.020	18.742
	<u>110.109</u>	<u>105.205</u>
Circulante	54.129	61.225
Não circulante	55.980	43.980
	<u>110.109</u>	<u>105.205</u>

(a) Correspondem às garantias em dinheiro, estabelecidas para assegurar o cumprimento das obrigações constantes nos contratos de locação assinados pela Entidade. São eles:

	<u>valor do caução</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Rua Flamengo nº 20 -Calhau - São Luis	24.000	24.000
Rua Estado de Israel nº 262, sl 203 - Ilha do Leite - Recife	10.380	10.380
Av. Roque Petroni Junior, 1089 - salas 111/113 - São Paulo	21.600	9.600
	<u>55.980</u>	<u>43.980</u>

(b) Os adiantamentos concedidos aos colaboradores são referentes aos adiantamentos de viagens, cujas despesas são reconhecidas nos resultados da Entidade a partir da prestação de contas dos valores tomados.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
Em reais

5- Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Moveis utensílios de escritório	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	92.337	148.395	514.130	306.905	298.075	1.359.842
Adições	16.008	17.939		121.411		155.358
Baixas/Ajustes		(3)		(311)		(314)
Depreciação	(11.095)	(17.642)	(177.354)	(92.865)	(64.447)	(363.393)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	97.250	148.689	336.776	335.140	233.628	1.151.583
Custo total	117.745	183.975	985.419	589.961	322.236	2.209.336
Depreciação/Amortização acumulada	(20.495)	(35.286)	(648.643)	(254.821)	(88.608)	(1.047.853)
Valor contábil	97.250	148.689	336.776	335.140	233.628	1.151.583
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	97.250	148.689	336.776	335.140	233.628	1.151.583
Adições		28.826	81.319	164.004	21.659	295.808
Baixas/Ajustes	(3.537)	(5.804)		(14.494)		(24.835)
Depreciação	(15.377)	(24.714)	(172.244)	(134.510)	(68.412)	(415.257)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	78.336	146.997	245.851	350.140	186.875	1.008.199
Custo total	112.751	203.969	1.066.739	669.371	343.896	2.396.726
Depreciação acumulada	(34.415)	(56.972)	(820.888)	(319.231)	(157.021)	(1.388.527)
Valor contábil	78.336	146.997	245.851	350.140	186.875	1.008.199
% Depreciação anual	10%	10%	20%	20%	20%	

No período de 1º de Janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, a administração da entidade realizou inventário físico dos ativos fixos e revisão da vida útil do ativo imobilizado e em decorrência disso foram efetuadas baixas e ajustes dos bens, causando um efeito líquido no resultado de R\$23.835.

A depreciação do período alocada em despesas é de R\$ 415.257 (2015: R\$ 363.403)

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em reais

6- Intangível

	Direito de uso de software
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.168
Adições	73.125
Amortização	(14.328)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	67.965
	<hr/> <hr/>
Custo total	83.449
Amortização acumulada	(15.484)
Valor total do intangível	67.965
	<hr/> <hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	67.965
Adições	-
Baixas	-
Amortização	(16.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	51.275
	<hr/> <hr/>
Custo total	83.449
Amortização acumulada	(32.174)
Valor total do intangível	51.275
	<hr/> <hr/>
% Amortização anual	20%

7- Fornecedores

O saldo em fornecedores para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 monta R\$687.961 e refere-se, principalmente a prestação de serviços diversos com pessoas física e jurídica.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em reais

8- Salários, provisões e contribuições sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão de férias a pagar	797.793	728.865
IRRF sobre a folha	52.302	81.240
INSS a pagar	46.702	32.934
FGTS a pagar	44.851	41.237
	<u>941.648</u>	<u>884.276</u>

9 - Obrigações tributárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto de renda retido na fonte	1.503	1.994
Contribuição social Lei 10.833	2.299	3.538
INSS de terceiros	51.156	74.266
ISS		60
	<u>54.958</u>	<u>79.858</u>

A Entidade atende a todos os requisitos da legislação, sendo imune do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isenta da contribuição social sobre o superávit, da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (de acordo com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (com base no art. 55 da Lei nº 8.212/91, revogada pela Lei nº 12.101/09, que também ampliou a isenção da COFINS sobre as receitas financeiras para as entidades beneficentes de assistência social a partir de novembro de 2009).

10- Adiantamento de recursos para projetos

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>
	<u>434.067</u>	Total	<u>874.779</u>
	300.067	União Européia	578.880
m. Dos direitos da	134.000	Cons. Mun. da Criança e do	43.408
do Adolescente		Adolescente	
		Plan International Alemanha	252.491

Referem-se a recursos recebidos antecipadamente de patrocinadores e ainda não destinados aos programas e projetos.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 Em reais

11. Provisão para riscos trabalhistas

A Entidade é parte envolvida em processos judiciais em andamento e está discutindo essas questões nas esferas judiciais correspondentes, amparadas sempre que necessário, por depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2016, os valores das causas reconhecidas pela Entidade como prováveis de perda montam R\$ 55.681 (2015: R\$ 55.681) e são constituídas unicamente sobre causas trabalhistas.

	Provisão para contingências
<hr/>	
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	
Trabalhistas	55.681
<hr/>	
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	
Trabalhistas	55.681
<hr/>	

A Administração da Entidade, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade do êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir prováveis desembolsos de caixa com estas causas.

12. Patrimônio líquido

12.1. Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social da Entidade é de R\$ 1.685.205(31 de Dezembro de 2015 - R\$ 1.749.649). De acordo com o Parágrafo Único, Capítulo IV do Estatuto Social da Entidade, uma vez deliberada a extinção da associação, o seu patrimônio será estendido à outra entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, ou a entidade pública.

12.2. Destinação do Superávit

Por ser considerada sem fins lucrativos, a Entidade não remunera sob nenhuma forma seus dirigentes pelos serviços prestados, e não apresenta superávit em suas contas, ou caso apresente em determinado exercício, destina o referido resultado, integralmente, a manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetos sociais, sendo incorporados ao patrimônio social.

De acordo com o artigo 7 do Estatuto Social da Entidade, a Entidade não distribuirá, em nenhuma hipótese, lucros, dividendos, bonificações ou vantagem de qualquer espécie, devendo os resultados tesoureiros superavitários, verificados ao final de cada exercício, serem reinvestidos em atividades que garantam o cumprimento dos objetivos sociais.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 Em reais

13.Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Doações pessoa jurídica	1.874.457	1.948.114
Doações pessoa Física	349.812	63.503
Receita em gratuidade	725.122	401.457
Doações internacionais	23.038.683	18.163.719
Receita com subvenção	1.664.640	1.310.511
(=) Receita operacional líquida	<u><u>27.652.714</u></u>	<u><u>21.887.304</u></u>

13.1. Gratuidades recebidas

As gratuidades identificadas pela administração como tendo sido prestadas no exercício de 2016, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritas e estão registradas na demonstração do resultado nas contas “Receitas com gratuidade recebidas” e “Despesas gerais e administrativas”.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Google	725.122	401.457
(=) Receita operacional líquida	<u><u>725.122</u></u>	<u><u>401.457</u></u>

13.2 Custos por projeto

A Entidade apresentou a demonstração do superávit utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua natureza. Abaixo segue apresentação dos custos por projeto, exceto despesas com pessoal e despesas operacionais:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Início de vida saudável e saúde sexual reprodutiva incluindo HIV	(1.920.764)	(944.831)
Água e Saneamento	(467.105)	(37.243)
Educação de Qualidade	(1.278.231)	(714.546)
Proteção contra todas as formas de violência e dano	(814.909)	(219.229)
Padrão de vida adequado e assistência em situação de emergência	(2.365.248)	(997.083)
Participação com cidadãos	(1.822.201)	(1.538.110)
Custos por projetos, exceto custos com pessoal	(8.668.458)	(4.451.042)
Custos com pessoal	(9.535.237)	(7.344.909)
Total de custos por projetos	(18.203.695)	(11.795.951)
Total de despesas gerais e administrativas	(9.476.832)	(8.963.561)
Total de outras despesas	(21.038)	(314)
	<u><u>(27.701.565)</u></u>	<u><u>(20.759.826)</u></u>

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
Em reais

14 Isenção de contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decreto nºs 3.039 e 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas – salário educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Em 27 de novembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.101, que dispõe sobre a concessão do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1º de janeiro de 2010, o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da Entidade, passou a ser o Ministério do Desenvolvimento Social, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência, se dá de acordo com a área de atuação da Entidade.

O valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, gozada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.664.640 (31 de Dezembro de 2015 – R\$ 1.310.511) tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

15. Manutenção do certificado de entidade beneficente de assistência social - CEBAS

Em 30 de janeiro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de educação através do processo nº 71000.139520/2010-30, inscrito pelo CNPJ 02.326.629/0001-51. O Certificado tem validade pelo período de 18/12/2010 a 17/12/2015.

Em 31 de Outubro de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de educação através do processo nº 71000.043011/2015-17, inscrito pelo CNPJ 02.326.629/0001-51. O Certificado tem validade pelo período de 17/12/2015 a 18/12/2018.

As aplicações dos recursos em gratuidades atenderam ao que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, III, §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em lei.

16. Do Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação, de quaisquer bens ou direitos (“ITCMD”)

A Plan é reconhecida como uma entidade de assistência social sem fins lucrativos e, portanto, conforme art. 107 da Lei 7.799/02 e alterações não há incidência do ITCMD.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 Em reais

17. Pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro, o pessoal-chave da administração era composto por três categorias de associados, os Fundadores, categoria constituída por pessoas físicas ou jurídicas, que participaram originalmente da constituição da organização; os efetivos e os beméritos, categorias constituída por pessoas físicas ou jurídicas indicadas por 2 (dois) associados fundadores ou efetivos e homologados por deliberação da Assembléia Geral, com objetivo de aconselhar e orientar nos processos de definição de estratégias da Plan International Brasil. A Plan International Brasil não remunera os seus conselheiros, assim representados na data do balanço:

Conselho diretor:	31/12/2016	31/12/2015
Presidente	Roland Angerer	Tjipke Bersma
Secretário	Salete de Souza Moraes	Salete de Souza Moraes
Tesoureiro	Antônio Pereira Filho	Antônio Pereira Filho
Conselho fiscal:		
Coordenador	Mathew Carlson	Mathew Carlson
Vice-coordenador	Élio Braz Mendes	Élio Braz Mendes
Vogal	Pedro Martins de Mello	Roland Angerer
Associada fundadora	Plan International Inc.	Plan International Inc.
Associada fundadora	Plan Ltda.	Plan Ltda.
Associado benemérito	Giovana Bratti N.Gaboardi	Pedro Martins de Mello
Associado benemérito	Melitha Novoa Prado	Claudio L. Lottenberg
Associado benemérito	Sylvia da Costa Facciolla	
Associado efetivo	Corina Villacorta Lozano	

18. Seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso, e assim atendendo principalmente, o Princípio Contábil de Continuidade. Cada análise é feita, independentemente, pela unidade de programa e abrange basicamente seguros prediais e automotivos, cujo vencimento decorrerá após 31 de dezembro de 2016.

A Entidade considera os montantes segurados como suficientes para eventuais sinistros.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em reais

19. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Ordinária de 22 de março de 2017, houve uma reformulação da Governança da Plan International Brasil, que passou a ser composta por apenas um tipo de associado e a administração da organização a ser de responsabilidade do conselho curador e um diretor executivo que se subordinará ao próprio conselho. O conselho curador é o órgão responsável pela supervisão das ações executadas pela Plan International Brasil.